



**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A MULHER, MÃE, TRABALHADORA:
O LEGADO DA PROFESSORA E PESQUISADORA ADRIANA MOMMA (IN
MEMORIAM)**

Wisllayne Ivellyze de Oliveira-Dri¹ e Luciane Muniz Ribeiro Barbosa²

¹ Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), wis_pedagogia@yahoo.com.br

² Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), lumuniz@unicamp.br

Propósito

As políticas de atendimento à criança pequena no Brasil por muito tempo se relacionaram ao direito das mulheres, mães e trabalhadoras. A história de tal atendimento em creches tem seu primeiro marco em 1934, quando aprovou-se no país a Lei trabalhista que obrigava os estabelecimentos com mais de 30 mulheres a terem um local para receber os filhos e as filhas destas trabalhadoras em período de amamentação. Tais mudanças coincidem com várias mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas neste período, também pressionadas pelos movimentos feministas e sindicais (Campos, 1999).

Historicamente as crianças foram atendidas na política da Assistência Social, pois o objetivo era garantir que as mães trabalhadoras dos grupos sociais mais pobres tivessem onde deixar seus filhos enquanto trabalhavam. Assim, a luta por creche foi uma reivindicação marcada pela presença das mulheres, mães e trabalhadoras que também lutavam pelo seu direito ao trabalho e à participação política, entendendo que a responsabilidade de cuidar e de educar da criança não é só da mãe, mas da família, do Estado e da sociedade. Como fruto dessa luta, atualmente a Educação Infantil é um direito de dupla dimensão: tanto da criança de 0 a 3 anos de idade à creche e de 4 e 5 anos à pré-escola, como da família, estando regulamentado pela Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF/88), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996).

Nesse contexto, identificam-se muitas pesquisas que objetivaram compreender as relações entre o direito à educação das crianças pequenas e o lugar da mulher, mãe e trabalhadora. Entre as autoras que se dedicaram a esta temática está a professora doutora em Educação e pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) Adriana Missae

Momma¹ (*in memoriam*) que, de forma muito rápida e abrupta, em pleno processo de produção acadêmica, nos deixou em agosto de 2021, aos 47 anos. Seu legado de ensino, de pesquisa e de militância na área das políticas de Educação Infantil permanece nos diversos artigos, livros, capítulos e outras produções e pesquisas realizadas por essa professora.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar o lugar da mulher, mãe e trabalhadora nas políticas de Educação Infantil a partir das produções da professora Adriana Missae Momma, compreendendo tal cenário como complexo, onde o direito da mulher e o da criança se entrelaçam e se vêem, muitas vezes, marginalizados pelas políticas públicas brasileiras.

Revisão da literatura

Espaços para o cuidado da criança pequena no Brasil tem como origem diferentes aspectos, porém um dos mais relevantes está relacionado à mulher, mãe e trabalhadora, sobretudo dos grupos mais pobres, que precisando trabalhar e sem rede de apoio familiar, necessitavam de um espaço para deixar seus filhos e filhas. Esses atendimentos receberam influências dos movimentos feministas que lutavam pelo direito de a mulher ingressar no mercado de trabalho, pela “participação social mais ampla e em condições de dignidade e “igualdade”” (Momma & Passone, 2015, p. 26).

O direito da mulher ao trabalho, à maternidade e, como correlato, o direito da criança ao cuidado e/ou educação, trazem em evidência uma sociedade pautada historicamente na exclusão, na diferença e opressão dos pobres pelos ricos, de mulheres pelos “homens”, de crianças pelos “homens” (Momma & Passone, 2015, p. 26).

Apesar dos avanços com relação aos direitos das mulheres e das crianças nas últimas décadas, sabe-se que as políticas públicas para atender as crianças pequenas que considerem o contexto da mulher, mãe trabalhadora, ainda são incipientes. No caso da oferta de creches (0 – 3 anos), por exemplo, dados revelam que, apesar da ampliação das matrículas, até hoje existem

¹ Maiores informações sobre a trajetória e pesquisas desenvolvidas pela professora Adriana Missae Momma acessar curriculum lattes, disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4503074753390268> acesso em: março/2024.

demandas reprimidas, em muitos municípios brasileiros (Pinto & Correa, 2021). Ao negar o acesso das crianças à creche, ignora-se o direito da criança à educação e dificulta-se o acesso das mulheres ao trabalho e à construção de uma carreira profissional, bem como sua participação em outros espaços e atividades fora da esfera privada.

Procedimentos metodológicos

Este trabalho qualitativo, tem como base uma pesquisa maior que realizou um estudo bibliográfico de 8 artigos, 3 livros e 6 capítulos de livros escritos pela professora Adriana Momma, entre o período de 2014 a 2022, que marcou sua intensa produção e atuação nas políticas de Educação Infantil. Ademais, outras referências e pesquisas na área foram consideradas. Tal material foi analisado por meio do software de análise qualitativa ATLAS.ti, com base nos descritores: mulher; mãe; trabalhadora.

Resultados

Como resultado da análise realizada, foi possível observar que o legado da professora Adriana Missae Momma revela contribuições importantes no âmbito das políticas públicas da Educação Infantil ao denunciar a urgente e necessária atuação do poder público para a efetivação dos direitos das crianças pequenas e apontar a relação dessa importante política para viabilizar os direitos da mulher, mãe e trabalhadora.

Na maioria das produções analisadas da referida professora identificou-se o destaque para os movimentos das mulheres na luta pela creche, o uso do gênero feminino na escrita, a importância das professoras da primeira infância e, partir de 2016, o retrocesso gerado pelo golpe que a presidenta Dilma Roussef sofreu no Brasil que resultou em políticas e programas que ressignificam o papel da mulher em nome da infância, como o Programa Criança Feliz (2016), que desde seu desenvolvimento tem caminhado contra a Educação Infantil e a emancipação da mulher, disseminando o ideário de que estas devem permanecer em casa, no ambiente privado, em nome do desenvolvimento da criança, recebendo visitas e orientações de pessoas sem formação na área da educação e deixando de colaborar com o avanço nas metas de ampliação de vagas em creche, conforme Plano Nacional de Educação (2014).

Ademais, não compreende a parentalidade de uma forma ampla, na qual os pais, também, são integralmente parte destes cuidados e que para as mulheres, mães e trabalhadoras são necessárias políticas que reconheçam espaços e condições para o cuidado das crianças (licenças estendidas, horários de trabalho adaptados às realidades escolares, horários de trabalho compatíveis com os cuidados com qualidade das crianças, férias das mães que acompanhem as férias escolares, entre outros). Desse modo, realizar-se-ia um processo de reparação histórica para com as mulheres em suas jornadas duplas e triplas de trabalho.

Implicações da pesquisa

Portanto, este trabalho revela o percurso acadêmico de uma professora universitária, pesquisadora e mãe que estabeleceu no campo de pesquisa das políticas públicas, dois eixos que estão relacionados diretamente: 1) o direito à educação de qualidade das crianças pequenas e o 2) direito das mulheres ao trabalho e à vida política. Indubitavelmente, a maternidade teve impacto sobre a atuação da professora Adriana Momma, não apenas no que se refere ao período em que ela ficou afastada das atividades acadêmicas em decorrência de licença maternidade, mas também no que diz respeito ao seu envolvimento e compromisso político com os temas referentes às políticas de Educação Infantil, como apresentado. Tal reconhecimento não significa afirmar que tais posições devem ser ocupadas apenas por mulheres mães ou que a maternidade é condição para se atuar junto às crianças ou em áreas a elas relacionadas, como já ocorreu (e infelizmente ainda ocorre) na história do país e no imaginário social.

A Educação Infantil faz parte da ciência da Educação e, para nela atuar, é necessário estudos na área, formação constante e rigor acadêmico. Por outro lado, diante de uma sociedade marcada por uma história patriarcal e machista, torna-se necessário ressaltar que a maternidade não atrapalha a produção científica, tão pouco a atuação da mulher nos diferentes espaços da vida pública. Assim, maternidade e ciência não são incompatíveis, mas, demandam políticas de equidade de gênero e redução de desigualdades para que as mães cientistas possam produzir ciência, na área que desejarem – o que inclui a Educação, no mesmo patamar de igualdade de condições que os demais pesquisadores.

REFERÊNCIAS



Brasil (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

Lei nº 8.069, (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF.

Lei nº 9394 (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF.

Campos, M. M. (1999). A mulher, a criança e seus direitos. *Cadernos de Pesquisa*. (106), 117–127. <https://doi.org/10.1590/S0100-15741999000100006>

Momma, A, M. & Passone, E. F. K. (2015). Políticas Públicas de Educação Infantil e o Direito à Educação. *Laplage em Revista*, v. 1, p. 17-35. DOI: <http://dx.doi.org/10.24115/S2446-62202015115>

Pinto, J. M. de R., & Correa, B. C. (2020). Educação infantil e a política de fundos: como tem caminhado essa etapa educacional, em especial com a aprovação do Fundeb?. *FINEDUCA - Revista De Financiamento Da Educação*, v. 10, p. 1-27. ISSN: 2236-5907